

FHC iniciou negociação

Foi o presidente Fernando Henrique Cardoso quem, dois meses atrás, ao discutir com alguns representantes do Legislativo a necessidade de aumento para o chefe de governo, ministros e parlamentares, sugeriu o valor de R\$ 8 mil, aprovado ontem pela Câmara dos Deputados.

O então presidente eleito fez a sugestão ao presidente da Câmara, Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), mas retirou-se da negociação.

Preferiu indicar como interlocutores o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), hoje ministro da Justiça, e o secretário-geral da Presidência da República, Eduardo Jorge.

A novela do aumento de salário para presidente e vice, ministros de Estado e parlamentares ganhou as páginas dos jornais em dezembro, quando o 1º secretário do Senado, Júlio Campos (PPR-MT), propôs o valor de R\$ 15 mil para deputados e senadores, retirando todas as mordomias dadas pelo Legislativo.

Privilégios — A proposta não foi bem recebida, e uma equipe de

estudos da Câmara, comandada pelo diretor-geral da Câmara, Adelmar Sabino, chegou ao valor de R\$ 10 mil, mantidos os privilégios dos parlamentares.

Outra vez, a opinião pública reagiu negativamente. Seria um aumento de 145% para deputados e senadores, enquanto os demais servidores públicos, inclusive militares, haviam recebido apenas 22% de reajuste.

Os interlocutores da Presidência também foram contrários à proposta: Argumentaram que o reajuste poderia provocar uma enchente de reivindicações que comprometeriam o plano de estabilização econômica.

O secretário-geral da Presidência chegou a ameaçar o representante do Legislativo na reunião, Adelmar Sabino, de que o Executivo responsabilizaria o Congresso pelo fracasso do Plano Real.

Embora o Projeto de Decreto Legislativo não contemple os ministros de tribunais, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Octávio Gallotti, foi chamado a participar das negociações. (CF)